



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

No final de um ano letivo e a passos largos para o próximo:

Após mais um ano a marcar passo, exige-se que governo, finalmente, avance na valorização dos professores e no reforço do financiamento da Educação e da Escola Pública

O governo de Portugal completa hoje 118 dias de mandato, completando-se, também, neste dia 26 de julho de 2022, seis anos e oito meses que o atual ministro João Costa é membro da equipa ministerial da Educação. Essa longevidade governativa do atual ministro permite que, na avaliação do ano letivo que termina, não seja relevante a mudança de governo em março passado, pois João Costa não necessitou dos 118 dias de ministro para conhecer os dossiês.

A. TRÊS INDELÉVEIS MARCAS DE 2021-2022

Do ano que terminou, há três aspetos que, indelevelmente, o marcam: a pandemia que não terminou, o Plano Escola+ 21|23 que não funcionou e a profissão docente que não se valorizou, continuando, mesmo, a perder atratividade.

Em relação à pandemia, as consequências foram as conhecidas: mais um ano letivo atípico, com muitas turmas em isolamento durante o primeiro período e, a partir de janeiro, uma grande intermitência de alunos nas turmas, como de docentes, o que dificultou a atividade letiva de decorrer normalmente, como se pretendia.

Quanto ao designado Plano de Recuperação, por razões alheias à vontade das escolas não houve condições para se concretizar. Por um lado, o arrastamento da situação epidemiológica dificultou a recuperação de aprendizagens perdidas anteriormente, tendo o principal desafio sido o de evitar défices acrescidos; por outro lado, o facto de as escolas não terem obtido do ME o que mais reclamaram para a concretização dos seus planos – um reforço significativo do crédito de horas, ou seja, mais recursos docentes – constituiu um relevante constrangimento ao desenvolvimento dos planos que a maioria aprovou.

A não valorização da profissão docente – que exigia medidas de combate à precariedade, de recomposição da carreira, de eliminação dos abusos e ilegalidades nos horários de trabalho e de rejuvenescimento da profissão – acentuou a quebra da sua atratividade o que não permitiu começar a reverter a muito preocupante falta de professores.

B. POLÍTICA EDUCATIVA CONTINUOU MARCADA POR OPÇÕES ERRADAS E/OU INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS

Noutro plano, a FENPROF considera que o **rumo das políticas educativas, em 2021-2022, não se alterou, isto é, tivemos mais-do-mesmo: municipalização, um erro que terá consequências, em alguns casos, irreversíveis, o que não foi resolvido com o tão celebrado acordo entre o governo e ANMP, como o tempo provará; autonomia e flexibilidade curricular, um caminho que, num quadro de subfinanciamento e, simultaneamente, maior interferência dos municípios na vida das escolas,**

poderá transformar o sistema educativo num puzzle de peças, muitas vezes, não encaixáveis; educação inclusiva, um conceito que a FENPROF acompanha, mas que não merece, da tutela, recursos que as escolas reclamam para poderem dar respostas efetivamente inclusivas e não só tendencialmente integradoras; o modelo de gestão das escolas que serve ao governo, mas não às comunidades escolares, pois impede a sua plena participação na vida das escolas e na tomada das principais decisões de natureza estratégica, incluindo no plano pedagógico, não contribuindo, também, para a educação para a democracia das novas gerações.

C. EM 2021-2022, GOVERNO E MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NÃO ESTIVERAM À ALTURA DO NECESSÁRIO E EXIGIDO

Tendo em conta os referidos aspetos de política educativa e a falta de medidas de valorização dos docentes, a FENPROF avalia negativamente a atuação do Ministério da Educação e dos governos (anterior e atual) no ano letivo que terminou. Em relação ao Ministério da Educação, em particular, considera-se não estar a agir como deveria para defender a Escola Pública, elevar a qualidade das respostas educativas (que não se esgotam nos resultados escolares) e valorizar os seus profissionais, cabendo-lhe a principal quota de responsabilidade pelos problemas que se arrastam, alguns há anos.

D. SINAIS PREOCUPANTES PARA O FUTURO

Começa mal o governo na preparação do futuro.

Relativamente ao Orçamento do Estado para 2022, limitou-se a copiar, com pequenos ajustes, o que fora chumbado em outubro do ano passado, o mesmo que a FENPROF tinha considerado dirigir-se a um país sem professores e que deixava a Educação num mar de estagnação. O resultado está à vista, com a evidente falta de medidas que confirmam atratividade à profissão docente, reforcem as escolas de recursos e aproximem as verbas para a Educação dos almejados 6% recomendados pelas organizações internacionais ligadas à Educação e ao Ensino.

Começou mal o governo, em particular o Ministério da Educação, com todo o processo relacionado com a Mobilidade por Doença (MpD). As alterações que impôs não se destinaram a combater eventuais fraudes, pois não há qualquer reforço dos mecanismos de verificação; também não se destinam a suprir a falta de professores, pois ao serem impedidos de se deslocarem para escolas próximas da residência ou local de tratamento, muitos professores serão obrigados a recorrer à baixa médica, uma vez que não têm condições para efetuar deslocações diárias ou desenvolverem atividade letiva. Este é um processo longe de estar concluído e que ainda irá dar muita discussão.

Começou mal o governo ao não ter alterado as normas para a organização do próximo ano letivo, limitando-se a aplicar as do ano que findou e que são as mesmas que têm imposto aos professores o chamado “sobretabalho” e que, na prática, decorre dos abusos e ilegalidades praticados em muitas escolas, nas quais os limites horários legalmente fixados são largamente ultrapassados. No mês passado, o ministro João Costa pediu à FENPROF que lhe fizesse chegar a lista de compromissos, se algum houvesse, que no passado tivesse assumido em relação à organização dos horários dos docentes, afirmando que, a haver algum por cumprir, seria agora cumprido. A FENPROF enviou a lista, mas o ministro não voltou a falar do assunto.

Começou mal o Ministério da Educação, o governo e, pela sua ação, o Estado Português ao permitir ver-se agora a braços com a possibilidade de a Comissão Europeia avançar com uma queixa nas instâncias judiciais europeias por incumprimento da diretiva que impede o recurso abusivo à contratação a termo, bem como a discriminação, desde logo salarial, de quem ainda não ingressou nos quadros. A FENPROF orgulha-se de, desde o início, ter estado na primeira linha da denúncia das

infrações que consubstanciam o uso e abuso da precariedade laboral por parte dos governos e, em relação ao procedimento em curso, ter reunido com a representação, em Lisboa, da Comissão Europeia a quem entregou um extenso memorando em que ilustra a violação das normas por parte do governo português.

Começou mal o Ministério da Educação ao limitar-se a anunciar na Assembleia da República medidas de curto alcance, alegadamente destinadas a dar resposta a um problema estrutural como o da falta de professores. Nenhuma delas aponta no sentido que todos sabem ser o correto: tornar atrativa a profissão docente para que os jovens (os que a abandonaram e os que acedem ao ensino superior) a considerem como opção de vida. As medidas anunciadas pelo ministro não darão a resposta necessária, como se confirmará.

E. AS QUESTÕES DO DIÁLOGO, DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA E A REUNIÃO CONVOCADA PARA 4 DE AGOSTO

É do conhecimento público a contestação da FENPROF à falta de diálogo e de abertura negocial do anterior ministro e da anterior equipa do ME. Infelizmente, ainda não estamos em condições de confirmar que aquela postura se alterou nesta nova legislatura. Tivemos um processo negocial, relacionado com a MpD, mas, como é sabido, de pouco serviu para alterar as intenções iniciais do ME; tivemos uma reunião com a equipa ministerial, em 26 de abril, mas que não permitiu o debate político sobre o futuro da Educação, do relacionamento institucional e da resolução dos problemas, pois tratou-se de uma reunião em que o ME juntou todas as organizações sindicais, em formato plenário, pouco mais servindo do que para apresentar boas-vindas e algumas boas intenções que permanecem por verificar.

Foi, agora, convocada **reunião para dia 4 de agosto, pelas 18:00 horas**. Nela participaremos. Vem tarde para a preparação do próximo ano letivo, mas é oportuna para iniciar a discussão sobre o que se pretende para a legislatura e para o próximo Orçamento do Estado, para a definição dos problemas que se consideram de resolução prioritária e para refletir sobre como conseguir, ao longo do mandato, valorizar a profissão docente, investir na Escola Pública, promover uma Educação de qualidade e atingir os 6% do PIB em financiamento público. Assim se revelem outras e mais positivas as disponibilidades de diálogo e negocial do ministro e do governo.

F. 2022-2023 TERÁ MESMO DE TAMBÉM SER TEMPO DOS PROFESSORES E FENPROF TUDO CONTINUARÁ A FAZER NESSE SENTIDO

A FENPROF já prepara o próximo ano letivo, no plano da ação sindical. Uma ação que terá como prioridade o envolvimento dos professores no debate, na construção de propostas, na ação e, sendo necessário, na luta por melhores condições de trabalho e de vida.

Em **1 de setembro** faremos um ponto de situação relativo à colocação de professores: ingresso nos quadros, mobilidade interna, contratação inicial e também o resultado final da mobilidade por doença. Também **a partir de 1 e até ao início do ano letivo, em 13 de setembro**, em todas as sedes de agrupamento, escolas não agrupadas e centros escolares de maior dimensão será colocada uma faixa ou pendão reclamando a valorização da carreira docente e o reforço das verbas para a Educação, iniciativa que visa alertar a opinião pública para a necessidade de, no próximo Orçamento do Estado, a Educação passar a ser prioridade da governação.

A partir de 13 de setembro, data em que as escolas começam a receber os alunos para o ano letivo 2022-2023, a FENPROF porá a funcionar um “Contador de alunos sem professores”, cuja apresentação será feita oportunamente.

O **Dia Mundial do Professor**, que se celebra em 5 de outubro, será assinalado pela FENPROF ao longo de todo o mês. Em torno daquele dia, será convocada uma ação, provavelmente de rua, que

culminará com a apresentação das propostas da FENPROF para o OE de 2023. Ainda em torno do dia 5 de outubro, os sindicatos da FENPROF afixarão faixas junto aos mais diversos serviços (saúde, judiciais, cultura, comunicação social, entre muitos outros) chamando a atenção para o facto de os professores terem sido indispensáveis à formação dos seus profissionais. Ainda em outubro serão desenvolvidas outras iniciativas com as quais se pretende chamar a atenção para a importância do papel dos professores e a necessidade da sua valorização: lançamento de concurso para uma escultura de homenagem ao Professor; divulgação do nome do vencedor do Prémio Literário António Gedeão; realização da 4.ª Corrida do Professor e da Educação.

Até à apresentação da proposta de lei de OE para 2023, a FENPROF apresentará ao governo e aos grupos parlamentares as suas propostas que, necessariamente, não esquecerão a fortíssima perda de poder de compra que também atinge os professores. Intercederá, agirá e lutará para que elas sejam acolhidas em sede orçamental. Se não forem consideradas, a FENPROF admite convocar os professores para formas elevadas de luta, não excluindo o recurso à greve, a desenvolver durante o período de debate do OE na Assembleia da República.

Lisboa, 26 de julho de 2022

O Secretariado Nacional da FENPROF